



Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local¹

Challenges of Social and Community Communication in Cybercult@: Approximation to the proposition of Emergent Local Knowledge Commun

Cicilia M. Krohling Peruzzo²

RESUMO Estudo sobre a concepção da cibercultur@ que indaga se ela ajudaria os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento coletivo das TICC. Os objetivos são identificar os principais pressupostos teóricos da cibercultur@ no marco das dinâmicas de reestruturação comunicacional da sociedade contemporânea, situar o tema da presença da comunicação popular, comunitária e alternativa no ciberespaço e analisar se há pertinência em se relacionar os conceitos de cibercultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas dessa modalidade comunicacional no Brasil. A abordagem se fundamenta nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Os procedimentos relativos à parte ora apresentada são os de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

PALAVRAS-CHAVE comunidade emergente; comunicação popular; alternativa; cibercultur@; ciberespaço.

ABSTRACT Study on the conception of cybercult@, which investigates if it would help community movements in redefining communication practices including the collective empowerment of information, communication - and knowledge - technologies. The objectives are to identify the main theoretical assumptions of cybercult@ in the mark of dynamic restructuring of communication in contemporary society, to place the issue of the presence of popular communication, and alternative community in cyberspace, and to examine whether there is relevance to relate the concepts of cybercult@ and its applicability to the study and practice of this type of communication in Brazil. The approach is based on theoretical and methodological principles of historical and dialectical materialism. The procedures presented in this study are part of the bibliographic and documental research.

KEYWORDS Emergent community; social communication; alternative; cybercult@. cyberspace.

1 Versão revista e ampliada do trabalho apresentado no Grupo de Trabalho "Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadania", X Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, realizado na Universidad Javeriana, 22 a 25 de setembro de 2010, em Bogotá, Colombia. Este texto é resultante de parte de pesquisa realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES).

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pos-doutora pela Universidad Nacional Autónoma de México. Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*; *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*; e *Televisão Comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local*. E-mail: kperuzzo@uol.com.br.



Introdução

No contexto da sociedade atual, caracterizada como sociedade da informação, há toda uma dinâmica social em busca da apropriação autônoma das tecnologias digitais e da comunicação mediada por computador (CMC). Mas, apesar do aumento progressivo do acesso à internet, grandes contingentes populacionais na América Latina ainda estão à margem dos benefícios desse ambiente comunicacional. No entanto, de algum modo, também as pessoas de baixo poder aquisitivo e suas organizações sociais que vivem ou atuam em regiões periféricas das cidades, ou no campo, procuram se inserir nesse ambiente de transformação de estruturas comunicativas e de relações sociais. Esse tipo de inclusão ocorre como parte de uma dinâmica social em que não se separa o mundo concreto daquela constituído pelo ciberespaço. Em outros termos, há um processo de inclusão individual e comunitária no universo da internet que não dispensa a continuidade das lutas presenciais em suas diversas formas de organização, sejam elas lutas por direitos sociais, comunicativo-culturais ou políticos de cidadania.

É nesse patamar que estudamos as possíveis intersecções entre cibercultur@³ - com arroba - e a comunicação popular, alternativa e comunitária. Investigamos se sua proposta teórica, especialmente de *Comunidade Emergente de Conhecimento Local* (CECL), pode ajudar os movimentos comunitários na redefinição de práticas comunicativas incluindo o empoderamento⁴ coletivo das Tecnologias de

Informação e Comunicação (TICC)⁵ para que realmente se efetivem na realização plena destas dimensões, incluindo o Conhecimento. O custo social do não empoderamento coletivo das TICC para efeito de implementação de alternativas duráveis de comunicação comunitária contribui para o atraso na transformação da realidade local.

Partimos da indagação sobre se há ou não pertinência em interrelacionar a comunicação popular e comunitária à proposta teórica e prática da cibercultur@. A hipótese é que a comunicação popular e comunitária poderia se revigorar ao assumir a cibercultur@ como práxis (teoria e prática), pois ajudaria a configurar processos organizativos autogestionários de alta conectividade tendo em vista a construção de uma nova sociedade.

Temos como objetivos, no sentido geral, identificar os principais pressupostos teóricos da cibercultur@⁶ - (com @) - no marco das dinâmicas de reestruturação cultural e comunicacional da sociedade contemporânea e suas possíveis intersecções com a comunicação comunitária. No nível específico buscamos: a) introduzir o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa, de caráter coletivo, visando explorar sua presença no ciberespaço, e b) analisar a pertinência em se relacionar os conceitos de cibercultur@ e sua aplicabilidade aos estudos e práticas de comunicação popular, comunitária e alternativa.

Do ponto de vista metodológico, este texto remete para parte de uma pesquisa mais ampla que consiste em estudo teórico e trabalho de campo realizados junto ao Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (LabCOMplex), coordenado por Jorge A. González, e que envolveu pesquisa

3 O uso do arroba indica a diferenciação que vamos discutir mais adiante em que o espiral traz a ideia de retroalimentação, na linha do Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (Labcomplex).

4 De "empowerment" em inglês e empregado no sentido do uso das TICC com poder de controle e sob a direção dos grupos populares e comunidades.

5 Reintroducimos a sigla com duplo C para indicar a ideia da existência do conhecimento em todo processo tecnológico.

6 Conforme aponta o Labcomplex em sua apresentação (CIBERCULTUR@..., s/d). Ver <http://labcomplex.ceiich.unam.mx>.



de campo por meio de investigação participante em Comunidade Emergente de Conhecimento em Charcas, do Altiplano Potosino, San Luis Potosí, México. Os procedimentos técnicos relativos à parte ora apresentada neste texto são os de pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem se fundamenta no materialismo histórico-dialético (MINAYO, 2007), pois busca compreender o objeto em sua totalidade e provisoriedade.

Breves aspectos conceituais e sinais da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade

A comunicação popular, comunitária e alternativa gera processos cooperativos de organização e se pauta por transmitir conteúdos info-comunicativos tratados de maneira diversa daqueles que circulam nos *mass media* tradicionais, embora não se constitua como “alternativa” no sentido de substituir ou dispensar o acesso aos meios convencionais de comunicação⁷. Em outras palavras, como comunicação dos setores organizados das classes subalternas (já explicitado em PERUZZO, 2009, p.132), ela se baliza por uma proposição diferente daquela comumente presente na grande mídia privada (de base comercial) e na pública estatal (vinculada a governos). Tem um caráter público civil, portanto não governamental e não empresarial. Suas especificidades são percebidas em múltiplos fatores, tais como na linha político-ideológica (crítica e propositiva); nos modos de organização (de base popular, coletiva, feita em espaços, por vezes, privados, como na casa de militantes); na ligação com as organizações civis sem finalidade lucrativa); nas estratégias de produção/ação (colaborativa, com vínculo local, participação ativa e liberdade de

expressão, uso mobilizador); e na proposta editorial (tanto pelo enfoque dado aos conteúdos como pelos assuntos abordados).

Os autores Isabel Gatti e Raúl Bermúdez também observam aspectos semelhantes ao analisarem a situação da comunicação comunitária na Argentina:

a construção da mensagem não é realizada por um profissional individual – o comunicador social que responde ao estereótipo das profissões [...]. É uma construção coletiva e participativa que assume um ponto de vista situado e ligado a interesses e projetos populares concretos sem nenhuma pretensão de objetividade como a que se predica pelos grandes multimeios com o fim de tornar opacos os verdadeiros enunciadores da mensagem, também ligados a interesses concretos, só que não os populares (GATTI, BERMÚDEZ, 2010, p.18-19).

A efetividade desse tipo de proposta comunicacional levada a efeito por segmentos das classes subalternas remete a uma situação peculiar da história da América Latina, a qual, como mostram Gatti e Bermúdez (2010, p.17-18), é marcada por encontros e desencontros de diversos grupos de atores antagônicos: “no tempo da colonização, das migrações e depois, com a imposição do projeto moderno, que deixou como herança zonas de desenvolvimento desigual, grandes massas da população em condições de extrema pobreza”. É neste contexto que se desenvolvem projetos sociais comunitários voltados a garantir direitos humanos, no bojo dos quais a comunicação é um dos seus componentes.

No fim da década de 1970 do século passado, período do auge do seu ressurgimento num contexto de distensão da ditadura militar no Brasil, e nos anos seguintes, essa outra comunicação “representou um

⁷ Estes transitam num universo peculiar em decorrência do tipo de informação, cobertura e amplitude de abrangência que caracterizam sua performance.



grito antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audio-visuais, faixas, cartazes, pôsters, cartilhas etc” (PERUZZO, 2004, p.115), portanto incluem meios artesanais, além da comunicação face a face e grupal. A dimensão de denúncia e reivindicação ainda permanece nas configurações recentes, contudo perdeu muito o caráter contestador ao Estado dos anos 1980. Outra nuance interessante é que ela vem incorporando as tecnologias de radiodifusão (rádio, televisão) e digitais (internet) conforme as circunstâncias de cada tempo histórico.

Há muitos precursores dos estudos desse tipo de comunicação que tiveram em Paulo Freire uma base conceitual inspiradora, principalmente, no que se refere à dialogicidade e à democracia a partir nos processos educacionais. Fernando Reyes Matta (apud BELTRÁN, 1981, p. 30), desenvolveu um modelo macro operativo de comunicação participativa. Luis Ramiro Beltrán (1981) desenvolveu conceitos de comunicação horizontal enfatizando suas múltiplas finalidades: “acesso, diálogo e participação”. Outros pensadores como Mário Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Gilberto Gimenez, Miguel Azcueta, Máximo Simpson Grinberg, Daniel Prieto Castillo, José Martínez Terrero, Jesús Galindo Cáceres, entre vários outros, também contribuíram teoricamente para a compreensão e a prática da comunicação popular, alternativa e comunitária na América Latina.

Entre estes expoentes acima mencionados dessa perspectiva comunicacional, Mário Kaplún (1998, p.17), a concebeu como uma “comunicação educativa [...] [produzida democraticamente] ‘para que os destinatários tomem consciência de sua realidade’, ou para ‘suscitar uma reflexão’, ou ‘para gerar uma discussão’ ”. E completa: “concebemos pois os meios de comunicação que realizamos

como instrumentos para a educação popular como mentalizadores de um processo educativo transformador”.

Com a citação acima queremos enfatizar o caráter processual nas práticas dessa comunicação, ou seja, não trata-se apenas de criar meios ou canais de comunicação, mas sim de inserí-los como facilitadores de processos de mobilização social, razão pela qual suas expressões originárias e, em muitos casos também atuais, se desenvolvem no contexto dos movimentos sociais. Um exemplo:

Integrante da Rede de Mulheres no Rádio, o Centro das Mulheres do Cabo (CMC) entendeu, ainda em 1997, que o movimento feminista necessitava se apropriar do veículo rádio como mídia imediata para o estabelecimento de uma comunicação direta com vistas à desconstrução do machismo e do patriarcado na Zona da Mata Sul [estado de Pernambuco, nordeste do Brasil]. A entidade necessitava travar uma relação democrática com a população de uma área geográfica onde, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 60% da população das mulheres eram analfabetas em 1995 (VELOSO; FARIAS, 2011, p.6).

Para Gatti e Bermúdez (2010, p.18), a comunicação comunitária “se orienta para uma função educativa e de conscientização dos próprios direitos e necessidades, com a consequente valorização das identidades territoriais”, e, complementaríamos, histórico-culturais.

Essa outra comunicação ganhou várias denominações: comunicação popular, participativa, horizontal, alternativa, dialógica, radical, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem finalidades lucrativas da sociedade civil. Portanto,



são atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria nas condições de existência das populações empobrecidas e a elevar o nível de consciência sociopolítica. No Brasil, nos últimos anos, os termos “comunitário” e “alternativa” vêm ganhando predominância possivelmente refletindo as práticas sociais mais presentes na sociedade.

Dadas as configurações recentes, a comunicação popular, a comunitária e a alternativa podem ser tomadas em suas singularidades, ou seja, é factível tratá-las remetendo a práxis mais específicas, não obstante em muitos aspectos há interfaces que não recomendam visões estanques e separações rígidas entre elas. Em outro texto (PERUZZO, 2009) tratamos das especificidades dos termos. Neste artigo estamos tomando-as numa visão de conjunto, pois interessa discutir suas possíveis intersecções com o tema da cibercultur@.

Em síntese, entre suas principais características estão as seguintes: os protagonistas são pessoas do próprio povo (daí o vocábulo popular), porém apenas aquelas ligadas a organizações e movimentos sociais; é baseada na participação ativa e aberta; não tem fins lucrativos; os conteúdos tratados estão em sintonia com a realidade local ou com a comunidade de interesse a que se vincula; institui processos compartilhados e não hierarquizados de produção e difusão de mensagens; se funda a propriedade coletiva (quando privada, esta é colocada a serviço público); e se realiza de diferentes formas, canais e modalidades de comunicação, mas se modifica ao longo da história.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, na América Latina, representa uma contra-comunicação ou uma outra comunicação elaborada no âmbito dos movimentos sociais,

“comunidades”⁸ e outros grupos sociais orgânicos às classes subalternas com a finalidade de exercitar a liberdade de expressão e oferecer conteúdos na ótica das mesmas. Ao mesmo tempo, serve de instrumento de conscientização e mobilização visando a organização de base e a transformação social começando sempre pela busca da superação de carências e necessidades imediatas dos segmentos populacionais a que se vincula.

Nos anos recentes, no Brasil, simultaneamente à continuidade de experiências tradicionais de comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas, há incremento de novos canais, formatos e organizações de comunicação, em grande parte perpassados pela comunicação mediada por computador (CMC), e que ganham mais expressividade com a Web 2.0 e a Web 3.0 pois facilitam o papel protagonista do usuário como emissor. Apesar da disparidade do acesso populacional às benesses tecnológicas, as TICC ajudam a configurar um momento histórico que potencializa uma comunicação bidirecional e de múltiplas fontes abertas que favorecem a retomada crescente de iniciativas comunitárias e alternativas de comunicação.

Nesse cenário, a comunicação comunitária e alternativa se realiza tanto na sua forma grupal e presencial, como por meio de instrumentos de comunicação dirigida a públicos específicos, tais como a faixa, o cartaz, alto-falante, panfleto, poesia de cordel, teatro popular, vídeo, jornal, revistas etc. Mas, ela também se apropria de tecnologias mais avançadas, como as do rádio e da televisão e mais tarde das digitais. No universo da internet, se manifestam com páginas virtuais, comunidades virtuais e plataformas interativas, mas também há experiências de webtv, webradio comunitários,

⁸ As aspas indicam a existência de conceitos e percepções contraditórios acerca de comunidade. Porém, doravante, neste texto o termo será empregado indistintamente



blogs, fotolog, videolog, *twitter*, podcast, entre outros. No entanto, como já dissemos, não estamos tratando neste texto da criação de canais de comunicação em si ou daqueles protagonizados por pessoas individualmente, mas aqueles inseridos nas dinâmicas de mobilização e organização de grupos subalternos progressistas, pois interessa compreender o sentido coletivo aí constituído.

A título de exemplificação, apontamos a seguir algumas experiências de coletivos de comunicação alternativa, tais como o Indymedia que está em 200 cidades do mundo⁹, e no Brasil recebe o nome de Centro de Mídia Independente (CMI)¹⁰, o Overmundo¹¹ (canal brasileiro de expressão para a produção cultural de comunidades), o Coletivo de Notícias del Sur (CoNoSur)¹², o Centre des Médias Alternatífus du Québec (Cmaq)¹³, e o Nodo50¹⁴ da Espanha. Todos operam com a contra-informação em sistema de publicação aberta, além de outros formatos de plataformas de comunicação colaborativas. Na mesma linha de comunicação alternativa, surgem também agências alternativas de notícias, como, por exemplo, a Agência de Informação Frei Tito para América Latina (ADITAL)¹⁵, a Agência Carta Maior¹⁶, a Informação Social¹⁷ - agência de notícias que enfatiza a divulgação de temática relacionada aos direitos humanos na região da Amazônia Oriental (Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) brasileira, e a Agencia de Noticias Red-Acción (ANRed)¹⁸, todas difundindo informações

9 Ver Moraes (2008).

10 <http://www.indymedia.or> ou www.cmibrasil.org.br

11 <http://www.overmundo.org.br>

12 <http://ar.geocities.com/agenciaconosur>

13 <http://cmaq.net>

14 <http://www.nodo50.org>

15 www.adital.org.br

16 www.cartamaior.com.br

17 www.informacao-social.com

18 www.anred.org

na ótica progressista acerca de assuntos pouco tratados pela grande mídia, ou deturpados e omitidos por ela. Cresce o número de Observatórios de Mídia e da Comunicação, os quais monitoram criticamente a mídia comercial, além de analisarem acontecimentos relacionados à Comunicação e aos sistemas midiáticos. Entre dezenas de experiências existentes mencionamos três, em distintos níveis: o Observatório Iberoamericano de la Libertad de Prensa (Infoamérica)¹⁹, sediado na Universidade de Málaga-Espanha e presente em 19 países, o Observatório do Direito à Comunicação, sediado em São Paulo-Brasil, e o Observatório da Mídia Regional – direitos humanos, políticas e sistemas, que funciona na Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES (Brasil).

Entre os espaços de comunicação colaborativa criados no ciberespaço há aqueles orgânicos a movimentos sociais e comunidades, bem como os pertencentes a outros coletivos cívicos em rede²⁰. Claro que, além de plataformas e canais como os mencionados, há também outras formas de redes sociais²¹ que favorecem a formação de comunidades virtuais de interesse, ou comunidades de escolha, na denominação de Goldsmith (1999)²².

Salientamos que as novas manifestações alternativas e comunitárias de comunicação, ao incorporarem suportes digitais e interativos e se constituírem fundamentalmente como formas coletivas de organização, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação, mas também novos procedimentos de ação na construção e difusão de mensagens, na socialização de

19 http://www.infoamerica.org/libex/libex_7_d_9.htm

20 Ver León, Burch e Tamayo (2001), Finquelievich (2000) e González (2008, 2009).

21 Ver Recuero (2009).

22 Ver Peruzzo e Berti(2010).



conhecimentos técnicos (e outros), criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção²³ que põem em suspensão a hierarquia e a burocracia tradicional, o sentido da propriedade privada e da força de trabalho como mercadoria, pois funciona como trabalho voluntário, entre outros aspectos (PERUZZO, 2009, p.143).

As potencialidades participativas/interativas que as tecnologias digitais e a comunicação mediada por computador possibilitam no que se refere à criação de instrumentos autônomos e comunitaristas de produzir, controlar, difundir e receber conteúdos são indiscutíveis, mas encontram-se imersas num conjunto de contradições que inibem ou dificultam o avanço da comunicação das classes subalternas. Tais contradições advêm das condições estruturais da sociedade geradoras de desigualdades no empoderamento das tecnologias, antagonismos derivados das diferenças nos níveis de escolaridade, nos valores culturais e ideológicos expressos nas práticas e linguagens sociais, assim como nas singularidades locais que nem sempre apontam para a necessidade comunicativa através de plataformas digitais. A situação de existência concreta ajuda a configurar formas específicas de apropriação por parte da população e grupo sociais das TICs. Em última instância, há um desnivelamento de acesso e aproveitamento das possibilidades que a rede das redes oferece, além da pouca efetividades de programas públicos que tentam solucionar esse tipo de problema, tanto no Brasil como na América Latina como um todo, tema que será abordado mais adiante no bojo da discussão da cibercultur@.

23 Porém, tais dimensões já faziam parte da comunicação popular e alternativa de outros tempos históricos. O novo a que nos referimos é relativo a cada tempo histórico.

Ciberespaço como novo espaço para a comunicação comunitária e alternativa

Há uma visão quase consensual reproduzida ao longo do tempo que pode ser vista na citações abaixo, escritas em épocas diferentes, que apontam o ciberespaço como espaço virtual ou imaterial criado pelos meios informáticos e dependente de computadores. Vejamos:

Para Heim (1993, 78-79)²⁴, por exemplo, ciberespaço

sugere uma dimensão computadorizada onde podemos transmitir e mover informação e onde encontramos nosso caminho entre dados. O ciberespaço constrói um mundo artificial ou representado, um mundo composto de informações que nossos sistemas produzem e que re-alimentamos neste mesmo sistema. Do mesmo modo que um tabuleiro de xadrez estrutura o espaço do jogo de xadrez dentro de seu próprio mundo de torres e cavaleiros, peões e bispos, a interface do computador também estrutura seu campo de movimentações, hierarquia de arquivos, acessos e distâncias relativas entre pontos de interesse.

Para Lemos (2008, p.128), ciberespaço pode ser entendido à luz de duas perspectivas: “como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente simulado (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores interligadas ou não, em todo o planeta, a internet”.

No entanto, ciberespaço aponta para um fenômeno complexo que esse tipo de visão tecnicista não consegue explicar.

Se partirmos do sentido da palavra ciberespaço

24 As citações de autores estrangeiros extraídas de obras publicadas em inglês e espanhol foram por nós traduzidas.



como derivado dos vocábulos cibernética e espaço, a partir de Norbert Wiener (1948²⁵), cujos estudos ligados a programas militares no contexto da Guerra Fria, criaram o conceito de cibernética (teoria geral dos sistemas). A palavra cibernética vem do grego *Kybernetes* (*Cybernetics*) e significa piloto, timoneiro, controlador ou a possibilidade de controle e da comunicação, tanto na máquina (engenharia) como de organismos vivos e da linguagem (MIÈGE, 2000; GÓMEZ CRUZ, 2007, GONZÁLEZ, 2008). Portanto, entra um elemento importante, a ideia de direção, capacidade de dirigir ações, que não se circunscreve apenas ao circuito técnico.

A reintrodução na linguagem acadêmica do prefixo “ciber” (*kyber*, *cyber*) é como uma matriz que parece indicar (e de alguma forma reduzir-se) o uso de “máquinas de controle” (quer dizer, computadores) (GÓMEZ CRUZ, 2007, p.28). No final, como diz o mesmo autor (2007, p.28), “na linguagem popular, começou a aplicar-se a tudo aquilo que tem como centro o uso de computadores, especialmente, aqueles conectados à internet” e surgem termos como ciberespaço, cibersociedade, cibercidade, ciberlavanderia, cibercafé, cibercultura.

Já espaço, segundo Wertheim (*apud* GÓMEZ CRUZ, 2007, p.29), até o século XIV ou XV, na cosmovisão medieval, existia um espaço “real” e um “divino”. A partir do século XVIII, com o deslocamento que colocou a ciência como explicação imperante do mundo, surgiu uma visão mais racionalista e mecanicista do espaço. Nessa visão, a dualidade medieval se perdeu em favor de um “espaço físico, total e absoluto”. No entanto, a autora assinala que o ciberespaço, não só em sua narrativa mas em seu “manifestar-se”, abre a possibilidade de um “espaço” que não é cartesiano: ao interagir no ciberespaço, minha localização não pode ser estabelecida

25 No livro “*Cybernetics, or control and communication in the animal and machine*”.

puramente pelas coordenadas do espaço físico.

Como bem assinala Wertheim (*apud* GÓMEZ CRUZ, 2007, p.30), o ciberespaço recupera a cosmovisão de “um espaço dual onde o espaço físico não é o único espaço possível”. Mas, do nosso ponto de vista, também se consitui num cosmo harmônico próprio, embora, se pensarmos para além das “máquinas de controle”²⁶, não deixa de se interconectar com o mundo físico.

Cosmos, do grego, significa harmonia, ordem, beleza. Seu antônimo é caos²⁷, também do grego. Esse mundo constituído pelo ciberespaço sugere simetria, uma combinação e um equilíbrio de traços em formatos de redes²⁸ que se conformam em mecanismos identificados do ponto de vista do determinismo tecnológico, mas os ultrapassam. Talvez seja oportuno lembrar, com Jesús Galindo (1998, p.4), que a “sociedade do ciberespaço é uma nova forma ecológica no devenir humano. [...] Algo que chama a novos tipos de relações sociais, a construção de um novo tipo de civilização”. Portanto, o ciberespaço se constitui num fenômeno das últimas décadas. Como disse Heim (1993, p.84), “algo se torna um fenômeno quando capta e prende a atenção da civilização. Só então nossa linguagem comum pode articular a presença da coisa de modo que possa aparecer em sua identidade ‘estática’ [sic] no curso da história”.

É assim que o fenômeno ciberespaço se apresenta nebuloso e movediço. Atrai distintos movimentos societários e, ao mesmo tempo, se refaz continuamente.

Não é a intenção desde texto adentrar profundamente na discussão do ciberespaço, nem cair em qualquer uma das vertentes teóricas

26 No sentido original dado por Norbert Wiener.

27 Aliás, caos, ou sistema da desordem, é como Lévy (1999, p.111) vê o ciberespaço, com o que discordamos.

28 Ver Recuero (2009).



prodominantes, entre os prometéicos²⁹ e os fáusticos³⁰, na linguagem de Rudiger (2007, p.14; 184) que, como pensadores da técnica oscilam, respectivamente, em visões do ciberespaço a partir de um pessimismo cultural ou do otimismo societário. Para os prometéicos, a técnica portaria uma faculdade emancipatória e beneficente pois representa o maior bem do ser humano, fator de progresso ou uma oportunidade de avanço no desenvolvimento. Por outro lado, para os fáusticos, a técnica é vista como força do ser humano, mas capaz de assumir um desenvolvimento autônomo e destruí-lo.

Interessa-nos discutir as possíveis interconexões entre a comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas, tendo por base a experiência brasileira, e a cibercultur@³¹, que ao ser identificada por @, não se ocupa, em essência, das tecnologias digitais ou da comunicação mediada por computador, mas se caracteriza como um processo implicado no desenvolvimento das culturas da informação, da comunicação e do conhecimento.

Mas, como não há como deixar de considerar a centralidade das tecnologias da informação e comunicação no cotidiano e na vida em sociedade, consideramos necessário abordar a comunicação comunitária na atualidade também a partir do ciberespaço. Este é tomado como um fenômeno complexo que requer interpretações na perspectiva da cosmovisão que lhe é constitutiva, na imaterialidade como sua essência enquanto processo, mas que se interconecta com o espaço físico por meio das pessoas e organizações que o

29 De Prometeu, figura da mitologia grega. Para os prometéicos, a técnica, em última instância, representa o bem maior do ser humano.

30 Da lenda do Dr. Fausto (sec.XVI), essa visão toma a técnica como uma força criada pelo ser humano que tende a dele se emancipar e, em seguida, a assumir um desenvolvimento autônomo, acarretando sua destruição (RUDIGER, 2007, p.184).

31 Ver www.labcomplex.net

movem, dos consequentes reflexos reais nas suas vidas, dos processos históricos que não dissociam o mundo material ao do ciberespaço e da própria vida concreta que se efetiva para além das infovias.

Cibercultur@ e comunidades emergentes de conhecimento

Muito se falou em “brecha digital”, “barreira digital” ou em “digital divide” para designar a exclusão dos empobrecidos ao acesso a computadores e à internet em processo simultâneo de inserção dos setores dominantes neste ambiente comunicacional e seu encantamento diante das facilidades de interação e circulação de conteúdos que o mesmo oferece. Contudo, há que se atentar para o fato de que a dimensão econômico-financeira não explica a totalidade da problemática da info-exclusão. Há também razões educacionais, culturais e políticas que podem configurar as condições de não acesso ou mesmo o nível da qualidade de acesso conseguido por segmentos populacionais, segundo cada realidade. Também, convém ressaltar que não é apenas o acesso à internet que garante a inclusão das pessoas como sujeito político da sociedade, como veremos em seguida.

Em suma, diante da importância das TICC na atualidade,

não ter acesso à principal fonte de mediação das relações sociais do século XXI agrava a exclusão social de todos os setores que ficam ‘de fora’, ou do outro lado dessa ‘brecha’. Por essa razão, considera-se que os países com abundância de populações ‘pobres’ devem ter e aumentar seu contato com as TICC, qualificadas como o instrumento privilegiado para acessar a informações e os conhecimentos organizados e criados para todos, por outros que estão do outro lado da ‘brecha’ ” (GONZÁLEZ, 2008, p.123).



Nesse contexto, num primeiro momento, estudos e políticas públicas acerca do tema consideraram que as distorções quanto à apropriação competente dos serviços de informática e da internet, assim como a incorporação das pessoas às novas formas de relações e estruturação sociais, seriam resolvidas proporcionando habilidades para operar máquinas, programas (softwares) e a disponibilização de serviços (telecentros, centros de informática, cibercafés, cabines públicas etc.), principalmente de acesso gratuito. Mas, os debates não tardaram a demonstrar serem insuficientes esses tipos de iniciativas, apesar de se reconhecer a necessidade da incorporação de tais condições, porque as soluções sempre serão insuficientes se não forem resolvidos os problemas das contradições econômicas, políticas e culturais provindas das relações desiguais inerentes ao modo de produção capitalista.

Paulo Cunha (2003, p. 211) assim se expressou sobre o assunto:

a chamada *desterritorialização* produziu um novo tipo de usuário da comunicação, mas não venceu o desequilíbrio provocado pelas diversas dinâmicas nacionais. Novos padrões hegemônicos produzem novas centralidades. No entanto, grupos periféricos continuam isolados à margem do ciberespaço. As novas centralidades puramente informacionais convivem com as centralidades efetivamente geopolítico-econômicas, criadas no período colonial e incrementadas pela revolução industrial. De um lado, temos as periferias econômicas, repletas de desvalidos, marginalizados e miseráveis; de outro lado, vemos as *periferias-centrais* das redes digitais, as tribos e suas subculturas que, felizes em participar do *não-lugar* do ciberespaço, alienam-se das contradições da indústria da comunicação.

Com o passar do tempo, estudos e algumas políticas públicas incorporaram o discurso de que não basta disponibilizar suportes tecnológicos, nem promover programas de capacitação visando a aquisição de habilidades básicas, mas a melhoria da qualidade educacional e resolução de problemas de desníveis econômicos para que ocorra a apropriação, como esperada, e dentro do potencial que a rede oferece. No entanto, na prática, as distorções do acesso e do uso dado – e/ou do não uso – dos suportes tecnológicos seguem se configurando como dilemas políticos.

Para enfrentar esse tipo de problema, tendo como contexto o México, Jorge A. González (2008, p.127) acredita ser necessário rever as

ferramentas teóricas e a estratégia prática para colocar em vigor uma diferente forma de apropriação da rede da internet e das tecnologias digitais existentes, para usá-las não apenas para acessar, mas também como plataformas geradoras de informação, de comunicação e especialmente de conhecimento locais.

Ele trabalha com um novo conceito de *cibercultur@*, identificado com @, que se distingue das abordagens predominantemente utilizadas na academia que a definem, à semelhança de Lemos (2003, p.12)³², como “a forma sócio-cultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica”. González (2008, p.127) entende *cibercultur@* a partir do prefixo grego *kyber*(ciber), na perspectiva anteriormente explicitada, da palavra latina cultura e do símbolo @. *Kyber* (*ciber*), porque

desenvolver *cibercultur@* implica gerar, incrementar, aperfeiçoar, melhorar e

32 Ver também Lemos (2008), Lévy (1999), Primo (2007), Felice (2008), Rheingold (2002), Heim (1993) e Recuero (2009).



compartilhar as habilidades para conduzir, dirigir e ‘pilotar’ relações sociais, num exercício de autogestão coletiva, horizontal e participativa. [..] [Cultura é empregada no seu sentido original, como] ‘cultivo, cuidado, atenção e desenvolvimento’. A habilidade para se autoconduzir e se dirigir aos outros para soluções mais inteligentes frente aos enormes desafios do século XXI, pode ser aprendida, pode ser compartilhada, pode ser cultivada com outros e para outros. [E uso] o símbolo arroba @, [...] por sua semelhança gráfica com uma espiral, [...] para representar um circuito de retroalimentação positivo, um processo aberto e adaptável que gera uma resposta emergente que surge da densidade das relações do sistema e não se reduz à soma de seus componentes.

Desenvolver cibercultur@ significa, portanto, um processo que “redesenha coletivamente e de baixo até em cima, uma atitude diferente” diante do mundo, e ao mesmo tempo, aprende uma série de “habilidades transmissíveis que nos permitam operar bem as tecnologias ao nosso alcance frente às necessidades de informação para gerar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que nos permitam romper o ciclo vicioso da dependência tecnológica” (GONZÁLEZ, s/da, p.8).

Os conceitos de cibercultur@ são desenvolvidos no âmbito do *Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja (Labcomplex)* e se fundamentam em Liev Vygotsky (zonas de desenvolvimento proximal- ZDP - e inteligência distribuída), Gavriel Salomón (cognição distribuída), Jean Piaget e Rolando Garcia (construção do conhecimento na perspectiva da epistemologia psicogenética), Carlos Lenkersdorf (o sentido

do *nosotros, nosotricación*), Pierre Bourdieu (produção cultural e *habitus* de classe), Jesus Galindo (cibercultura), Immanuel Wallerstein e Robert Fossaert (sistema-mundo), Enrique Trueba e Concha Delgado (empoderamento social), Paulo Freire (educação dialógica), Celestin Freinet (desenvolvimento da autonomia e do espírito crítico), Felix Geyer (sociocibernética e sistemas de informação), Alberto M. Cirese (ecologias simbólicas) e Antonio Gramsci (hegemonia), entre outros.

O Labcomplex³³ trabalha com cibercultur@ como objeto de conhecimento e como valor de desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a ideia de empoderamento é apregoadada no sentido de se constituir processos de autodeterminação e a instituição de condições para as comunidades se apropriarem coletivamente da informação, gerarem conhecimento e se tornarem capazes de se comunicar entre si e com a sociedade.

O redesenho do qual fala González (s/da) em citação anterior, quer dizer o resgate de nossas configurações históricas e identidades enquanto sociedades que passaram por processos de dominação, e como elemento para entender o presente e traçar nossos próprios caminhos na construção de um mundo possível. Trata-se de um processo (GONZÁLEZ , s/da) baseado na reflexibilidade – construída e compartilhada – dentro de redes horizontais onde a inteligência é distribuída. Assim sendo, cibercultur@ está mais direcionada a entender os processos de construção do conhecimento e de transformação social e contribuir para que se efetivem, do que a se fixar em meandros do ciberespaço.

Ativar cibercultur@ no conjunto da sociedade, nas palavras de Jorge A. González (2007, p.18),

33 http://computo.ceiich.unam.mx/labcomplex/labcc/c_omugf.html



requer o desenvolvimento e cultivo de três culturas cognitivas, elementarmente humanas: a cultura de informação, a cultura de conhecimento e a cultura de comunicação. Um empenho que, ao realizar-se coletivamente, ajuda a redesenhar as ecologias simbólicas e a reconstruir relações que geralmente são negativas se vistas a partir do vetor tecnológico.

A cultura de conhecimento se refere à investigação, às perguntas que conseguimos fazer à realidade em nosso entorno e ao mundo e as respostas de conhecimento daí decorrentes. Porém, não se trata apenas de pesquisa formal, mas também das buscas investigativas que geram descobertas e as partilham entre os integrantes das comunidades.

Paulo Freire (1987, p.36) já dizia que o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.

Conhecer é uma atividade humana porque somos a única espécie que desenvolve meta-ferramentas e meta-linguagens. Desta forma, as interações entre o ser humano e sua realidade, a partir de inferências, nos permitem estabelecer relações entre diferentes configurações de informação, que por sua vez são produto de construções e atribuições do sujeito ao objeto. Daí ser necessário gerar pautas de comportamento propícias a criar conhecimento (GONZÁLEZ, 2007, p.18; 25).

Conhecimento e informação “são inseparáveis. Não há conhecimento sem informação, mas pode haver muita informação sem conhecimento. A informação e o conhecimento tornam possível e dão sentido à comunicação” (GONZÁLEZ, 2007, p.25). A cultura da informação “se desenvolve a partir de uma aproximação à natureza da informação – já constituída em observáveis ou dados em sua dimensão espacial, estática - e como integrante dos processos de ‘comunicação/cognição’ em sua dimensão temporal, dinâmica”

(AMOZURRUTIA, 2007, p.131). Ela se vincula aos processos de comunicação. A informação tem especial importância na organização e construção de memórias, nos sistemas de ordenamento e sua representação para potencializar a reflexão e conseqüentemente melhorar a tomada de decisões (AMOZURRUTIA, 2007, p.131-132).

Trata-se, pois, de extrapolar a noção de dados e transforma-los em sistemas de informação. A informação é apropriada ou gerada, entendida, assimilada, transformada e sistematizada, daí resulta conhecimento. Conhecimento coletivo, uma vez obtido por meio da colaboração estimulada – presencial e mais a distância -, uma vez processado na perspectiva da zona de desenvolvimento proximal (ZDP)³⁴. Ao instituir relações que efetivem dinâmicas interconectivas que tornam visíveis as formas como a sociedade e as relações sociais se estruturam, a comunicação e o conhecimento se realizam. A comunicação viabiliza, então, os relacionamentos, a troca de saberes, a geração e a socialização do conhecimento, facilitado por meio dos mecanismos da chamada *inteligência distribuída*, como propriedade emergente e não imanente, a partir das ideias de Vygostky (1995) e Salomón (2001). A formação de redes e sua articulação em comunidades emergentes de conhecimento local (CECL) e de investigação (CEI) se interligam ou se constituem em estrutura orgânica e afetiva “nosótrica” básica que garante essa dinâmica.

A cultura de comunicação supõe a necessidade de contato entre os atores sociais para compor e reorganizar o mundo social. Significa a capacidade de coordenar ações coletivas e necessita desenhar e estabelecer três modalidades de intervenção consciente sobre a forma social de organização do grupo: sucitar as diferenças, modificar a forma

34 ZDP, para Vigotsky, se refere às funções mentais presentes em estado embrionário, mas que avançam quando há interação e intervenção de outros indivíduos.



social para contemplar as diferenças e ocupar-se do ajuste da organização com o objetivo de integrar uma *rede inteligente*, ativa, efetiva e afetivamente construtora do espírito “nosótrico”³⁵, (GONZÁLEZ, 2007, p.18, p.25; s/db, p/6), ou seja, o nós, o espírito coletivo.

A cultura de comunicação implica também no desenvolvimento de três condições necessárias para a comunicação presencial e a distância, quais sejam: “a estimulação, a conectividade e a consistência. Do mesmo modo, requer a atitude básica de escuta para descobrir, suscitar, contemplar e gerar a diferença” (MAASS, 2007, p. 234).

O estímulo é elemento central no processo de construção do conhecimento (MAASS, 2007, p.240). “Consiste conseguir a contínua expansão da zona de *desenvolvimento proximal* (ZDP) [referindo-se a Vygotsky] de cada um dos participantes e tem em vista generaliza-la ao conjunto do coletivo” (GONZÁLEZ, s/db, p.4).

Por conectividade entende-se “o processo de comunicação que se inicia com a estimulação e é seguido de uma etapa de conexão estrutural de componentes conceituais” (MAASS, 2007, p.141) e significa a “construção, manutenção e expansão dos vínculos entre todos os elementos estimulados de um sistema concreto” (GONZÁLEZ, s/db, p.4).

Já a consistência é relativa à natureza “nosótrica” da vinculação. “À medida que aumenta a “conectividade faz com que se comece a produzir um efeito de *nosotrificación*, a construção de um sentido renovado do nós que não só se manifesta na identidade do grupo, mas no aumento da capacidade para processar a informação, definir os problemas e resolvê-los de maneira coletiva” (GONZÁLEZ, s/db, p.6), na perspectiva tojolabal (LENKERSDORF, 2008).

35 Vem do sufixo mayense Tik que significa “nosotros” e foi amplamente adotado por Carlos Lenkersdorf (2008) no livro “Los hombres verdaderos” para explicar a cosmovisão Tojolabal.

Tojolabal é um dos povos Maya, do Alto dos Chiapas, no México, cujo modo de viver em comunidade é expresso em sua língua (tojolabal), fundada na intersubjetividade e na participação de todos e de cada um na condição de sujeito. Como comprova Carlos Lenkersdorf em seu livro “Los hombres verdaderos” (2008, p.14), entre os *tojolabales* “não há objetos nem no contexto do idioma nem da cultura.”

Um dos pressupostos na efetividade da estimulação, conectividade e consistência em comunidades emergentes é a escuta, ou seja, o saber escutar³⁶ o outro e auscultar a realidade e o mundo. Trata-se também de um princípio básico da cultura tojolabal. Para González (s/db, p. 8), o primeiro passo para se tornar uma comunidade de investigação ou de conhecimento local “é estabelecer as bases de uma estrutura individual e coletiva de escuta autodeterminante”.

Portanto, *cibercultur@* não refere às teias intercomunicativas, às sociabilidades no ciberespaço ou às habilidades para operar destramente máquinas e programas de informática, se não precisamente para o cultivo e a geração de três tipos de *saber fazer* que conduzem a) à forma com que aprendemos a perguntar sobre o mundo, a converter problemas práticos em problemas de conhecimento; b) às habilidades e destrezas para criar, administrar e utilizar configurações de observáveis e dados de nosso entorno; c) à capacidade de coordenar ações com outros dentro de estruturas de organização horizontais nas quais se possa distribuir a inteligência (CIBERCULTUR@..., s/d, online)³⁷.

A questão-chave é desenvolver conhecimento, mas um conhecimento contextualizado em seu

36 Jorge González e Margarita Maass insistem nesse princípio em várias passagens dos seus textos sobre *cibercultur@*.

37 Ver <http://labcomplex.ceiich.unam.mx/labcomplex02/>



entorno, na história e no mundo, e em processo constitutivo de relações comunicacionais densas e capazes de facilitar a participação ativa e o compartilhamento constante do aprendizado, a sistematização dentro do grupo (comunidade ou rede), entre redes e na sociedade. Em suma, nas palavras de González (s/da, p.7), cibercultur@ é uma forma de “empoderamento que interessa três frentes estratégicas: a informação, o conhecimento e a capacidade de criar redes de ação para usar a informação e o conhecimento em projetos específicos de autogestão”.

Trata-se de

construir redes que aumentam a massa crítica de geradores de informação e de comunicação, que dignifiquem o ofício de investigar, que permitam uma relação horizontal entre os diversos grupos sociais e que, dessa forma, ponham a nosso serviço as tecnologias digitais de informação e não o contrário (GONZÁLEZ, 2007, p.19).

Tal processo não significa rechaço as tecnologias. Para efetiva-lo, González propõe a criação de comunidades qualificadas como emergentes de conhecimento local e/ou de informação, e a formação de redes entre essas comunidades.

O desenvolvimento destas redes emergentes de comunidades busca tornar concreta a apropriação prática, dialógica, comunitária e criativa dessa dimensão do vetor tecnológico submetido às necessidades de criação e de informação e de conhecimento autogerado, porém, com toda uma estrutura autoprojetoada e aberta para compartilhar e avançar sobre as particularidades encontradas, ao incluí-las em uma rede de relações com outras formas de conhecimento de outras comunidades, deslocadas de maneira similar e localizadas

de forma dispersa, mas que compartilham os mesmos efeitos de processos em escala mundial (GONZÁLEZ, 2008, p.131).

Breves apontamentos sobre o conceito de comunidade emergente de conhecimento

Comunidade Emergente de Conhecimento é “uma rede virtual e comunitária ativada para a geração de conhecimento local mediante o aproveitamento intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICC) em um ambiente de inteligência distribuída” (MAASS, 2007, p.312)³⁸. Cada CEC corresponde a um nó (ou nodo) “de uma rede em construção permanente [...]” (GONZÁLEZ, MAASS, s/dc, p.7).

O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um ‘nosotros’³⁹ [referindo-se a Lenkersdorf] autodeterminante e não derivado de imposições externas” (GONZÁLEZ, 2009, p.65).

Uma Comunidade Emergente de Investigação (CEI) forma um coletivo que se organiza com finalidade de realizar investigação e gerar informação e conhecimento. Nela, “cada participante é um nó interconectado de trabalho para conformar com o tempo, uma rede sistêmica inteligente”. Uma vez ativada em cibercultur@, a CEI é capaz de realizar e cultivar habilidades concernentes aos processo de informação, comunicação e conhecimento (GONZÁLEZ, s/db, p.2-3).

38 Versão digital disponível em: www.labcomplex.net

39 Forjar-se em um nós, uma comunidade com espírito extremamente coletivo.



Comunidades Emergentes de Conhecimento Local (CECL) são coletivos, ou redes, que se organizam para construir um processo de desenvolvimento social. Segundo Jorge González (2009, p. 64), são redes horizontais que se ocupam em desenvolver seus “próprios sistemas de informação e de comunicação para gerar respostas de conhecimento frente a problemas concretos e significativos de sua localidade [...]: migração, pobreza, desemprego, contaminação, violência, fome, deterioração ambiental, água e tantos mais”.

Por intermédio da aplicação dos princípios da cibercultur@ se inicia um

processo de empoderamento a partir de uma nova e potenciada capacidade coletiva de narrar seu passado, redefinir seu presente e de redesenhar seu futuro e mundos possíveis mediante outras formas de narrar-se e de visibilizar-se emanadas de sua capacidade de gerar e manter sistemas de informação e de conhecimento, primeiro local e posteriormente situado, quando cada comunidade emergente se converte em um nó de uma rede que se vincula às demais comunidades emergentes (GONZÁLEZ, 2009, p. 65).

Embora se revistam de especificidades, é possível ser feita uma analogia entre a concepção de cibercultur@ e a dos movimentos sociais populares do Brasil e de outros países da América Latina, principalmente quanto a aspectos como a organização popular autônoma e da práxis desenvolvida a partir da ação coletivizada com vistas a solucionar problemas que degradam as condições de existência das populações empobrecidas. Tais problemas afetam grandes contingentes populacionais das classes subalternas, mas, como as contradições trazem em seu interior o germe de sua própria negação, elas também têm

impulsionado o surgimento de iniciativas que visam sua superação, sejam elas as desencadeadas por movimentos sociais populares ou por comunidades emergentes de conhecimento e tantos outros atores sociais.

É possível interrelacionar a COM COM à cibercultur@?

Partindo da similitude acima destacada, identificam-se intersecções entre a comunicação popular e comunitária quando esta é desenvolvida na perspectiva das organizações comunitárias e dos movimentos sociais orgânicos às classes subalternas e a cibercultur@, embora haja distinções substanciais em ambas as partes. Elas têm em comum a visão do mundo como contraditório e opressor, o sentido político-ideológico dado às estratégias de mobilização e organização social, além de partilharem aspectos quanto ao modo de atuar tendo em vista a superação de problemas concretos decorrentes das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade justa. O ponto central da questão metodológica em comum diz respeito à participação ativa do cidadão/ã em processos que forjam práticas autogestionárias de organização social e, no caso da comunicação comunitária, nesse fazer comunicacional. Tal tipo de participação, em sua forma mais avançada, se constitui em autogestão comunitária no exercício do poder de controle e direção dos processos sociais e de comunicação (ciber).

Por outro lado, enquanto a cibercultur@ está mais voltada para a formação e organização de comunidades emergentes de conhecimento, a comunicação popular e comunitária dos segmentos organizados das classes subalternas decorre de processos “espontâneos” de organização e mobilização desses setores da sociedade civil. Se a primeira visualiza um processo de organização



social a partir das CECL e CEI capaz de forjar um novo projeto de sociedade, a segunda parece agir mais a partir das demandas, interesses e capacidades de mobilização da sociedade civil, ou seja, se circunscreve nos limites das conjunturas, com exceção, é claro, de movimentos populares que têm clareza quanto à opção política pelo socialismo. Enquanto a primeira tem em mira a construção de um projeto novo de sociedade, a comunicação popular e comunitária mostra a tendência de constituir-se enquanto processo mais preso às lutas cotidianas por melhores condições de vida e conseqüentemente de mudança na realidade, sem desconsiderar que existem movimentos sociais e organizações que também têm como estratégia a feitura de um outro tipo de projeto de sociedade.

Desse modo, pode-se inferir que ao incorporar o espírito da cibercultur@, os movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias poderiam melhorar sua performance no sentido de não se contentarem com as ações tópicas. Há que se mirar um projeto de sociedade, ou seja, discutir o tipo de sociedade que se deseja construir. Caso contrário, apesar da boa vontade, pode-se incorrer em processos de formação, de educação não-formal e informal e de mobilização que mais ajudam no enquadramento ao sistema e na reprodução da sociedade capitalista do que na sua transformação. Nessa condição, como construir a contra-hegemonia?

É imprescindível acrescentar outros dois aspectos diferenciais fundamentais, com pontos a favor da cibercultur@. Um deles está na premissa da importância em se forjar sistemas de informação (organizar, documentar, sistematizar informações) e intensificar a comunicação intra e intercomunidades, a fim de gerar e partilhar conhecimentos, o que se constitui num primeiro desafio aos movimentos sociais e organizações comunitárias de comunicação. Nas práticas de

movimentos sociais populares normalmente se gera muitos conhecimentos, são feitas inúmeras coisas, mas se documenta pouco e quase não se sistematiza o conhecimento construído. As informações e o conhecimento costumam se dispersar por falta da prática de criação de sistemas inteligentes de informação. O resultado é que, às vezes, a informação se perde enquanto conjunto estruturado. Fica apenas o que cada um consegue aproveitar ou que a entidade reúne e preserva⁴⁰. O conhecimento acaba não sendo socializado como poderia, ou ainda, muito do que se consegue arregimentar permanece no nível dos dados, dos elementos, sem gerar sistemas de informação. No contexto da cibercultur@ se forjaria esse tipo de práxis, afinal, tal *quefazer* está no âmago desta concepção.

Outra premissa implícita na concepção teórica da cibercultur@ é forjar o empoderamento coletivo das TICC. As táticas e a estratégia envolvidas nas CECs, como diz González (s/da, p.7), conduzem a que as mesmas “façam suas as tecnologias de informação e comunicação, não só para acessar a informação, mas para gerar seu próprio conhecimento”. Trata-se de algo ainda tímido no universo dos movimentos populares de base. Aí está mais um dos desafios que cabe às organizações de comunicação comunitárias e aos próprios movimentos comunitários: incorporar coletivamente as tecnologias como suas e em toda a potencialidade nas práticas relativas aos processos de consciência-organização-ação voltados para a efetivação plena da cidadania. Não se trata de defesa ou negação das TICC. Como partes constituídas e constituintes pela e da sociedade atual, não há outra maneira do que se estar nelas e empoderar-se delas. Porém, o ciberespaço não

40 É o caso do Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) e do do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI), ambos de São Paulo, Brasil, que já foram organizações de referência de documentação para trabalhos e pesquisas e hoje alguns de seus idealizadores lutam para preservar arquivos desestruturados e em decomposição.



diminui a importância do espaço físico nem elimina as lutas sociais presenciais.

Enfim, a discussão que a cibercultur@ soa oportuna para uma mudança de qualidade da comunicação popular e comunitária. Ou seja, provocar a constituição de práticas capazes de ajudar na constituição das culturas mencionadas (terceiro desafio) em paralelo ao estabelecimento ou recuperação de relações de organicidade entre os meios de comunicação comunitários e populares e as organizações coletivas que lhes deram origem e sustentação política, um quarto desafio.

Conclusão

Diante do limite de espaço previsto para este texto, muito há a complementar sobre o assunto ora discutido. Mas, os breves apontamentos anteriores denotam a importância do tema, tanto do ponto de vista da comunicação popular e comunitária, como expressão de uma comunicação comprometida com a transformação social, como pela inovabilidade que os seus protagonistas populares são levados a incorporar por causa das mudanças ocorridas no ambiente comunicacional possibilitado pelo ciberespaço. Trata-se de dimensão pouco estudada na área da Comunicação, no Brasil, visto que a predominância investigativa sobre o ciberespaço se concentra em estudos sobre determinismo tecnológico, nas ramificações da indústria cultural na internet e na presença e significados dos usos do ciberespaço por “pequenas multidões” de internautas, principalmente a partir do fenômeno crescente das redes sociais de relacionamentos tipo Orkut e Facebook, estudos também necessários e importantes.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, ao se inserir no ciberespaço, contribui para forjar uma mutação nas práticas constitutivas do exercício da cidadania. Parece haver reelaborações culturais

em curso como antítese das relações desiguais entre dominantes e subalternos construídas historicamente em todos os níveis.

A perspectiva teórico-metodológica da cibercultur@ desenvolvida pelo Labcomplex⁴¹ se mostra apropriada para se entender as condições em que a inserção da comunicação popular, comunitária e alternativa no ciberespaço e, além dele, representaria um avanço qualitativo do status da cidadania. Ela corresponde aos pressupostos originários da comunicação no contexto dos movimentos sociais populares quanto à autonomia e ao protagonismo popular como facilitadores do processo de ampliação do exercício da cidadania em suas dimensões – civil, social e política -, mas também explicitamente comunicacional e como um direito de quinta geração⁴². Ao mesmo tempo, a cibercultur@ avança ao apontar caminhos capazes de solidificar processos de informação, conhecimento e comunicação e instigar a constituição de novo projeto de sociedade.

Ao finalizar, surge uma pergunta: a comunicação popular e comunitária poderia inspirar algo à cibercultur@? Eis um assunto a ser investigado.

41 Laboratorio de Investigación y Desarrollo en Comunicación Compleja.

42 Ver Peruzzo (2008).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, ALEXANDRE. A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira. 2005. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ECO, Umberto. Viagem na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Maria Nazareth. A comunicação (des) integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo. São Paulo: Edicon/Cebela, 1995.

_____. Comunicação e resistência na imprensa proletária. Tese de Livre-docência na Especialidade Cultura Brasileira. São Paulo, 1990. Escola de Comunicação e Artes (ECA) – Universidade de São Paulo.

_____. (Org). Cultura, comunicação e movimentos sociais. São Paulo: CELACC:ECA, 1999.

_____. Globalização e identidade cultural na América Latina: a cultura subalterna frente ao neoliberalismo. São Paulo: CEBELA, 1995.

FERREIRA, Jairo & VIZER, Eduardo. Mídia e movimentos sociais: Linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

IANNI, Octavio. O labirinto latino-americano. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da

comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEMMI, Albert. O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ROUQUIÉ, Alain. O extremo-ocidente: introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.

SADER, Emir (org). Gramsci: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes; Siglo Veintiuno Editores, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da Notícia e do Jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Vol I e II. Florianópolis: Insular, 2005.

Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultura@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local.
Círcia M Krohling Peruzzo

Data do Envio: 15 de setembro de 2011.
Data do aceite: 12 de dezembro de 2011.

